
Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., VI, 1, 184-189

Psychopathology, v. 35, March-June 2002.
Resenhado por: Mário Eduardo Costa Pereira

Edição inteiramente dedicada ao debate crítico e ao estabelecimento de linhas de progresso dos sistemas internacionais de classificação e diagnóstico de transtornos mentais

A revista *Psychopathology*, veículo científico oficial das seções de Psicopatologia Clínica e de Classificação, Diagnóstico e Nomenclatura da Associação Mundial de Psiquiatria (AMP), publicou em sua edição de março-junho de 2002 os trabalhos apresentados no Simpósio sobre Classificação Internacional e Diagnóstico, realizado em julho de 2001, em Londres, sob os auspícios do *Royal College of Psychiatrists*. Esse simpósio teve lugar durante o Congresso Europeu da AMP e constituiu um evento científico de enorme importância, à medida que reuniu algumas das maiores autoridades internacionais no campo da classificação e da nomenclatura de transtornos mentais, com o objetivo de discutir o estado atual e as perspectivas para as classificações internacionais em psiquiatria.

Um artigo do prof. Cláudio M. Banzato,¹ do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da UNICAMP e um dos dois representantes

1. BANZATO, C. Assigning things to their proper class: taxonomic issues and trends in psychiatry. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. V, n.1, p. 11-9, mar/2002.

brasileiros no referido Simpósio (juntamente com o prof. Dr. Miguel Roberto Jorge, da UNIFESP), publicado na edição de setembro de 2002 da *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, traça um panorama das teses e conclusões debatidas naquele evento.

Os trabalhos publicados nessa edição da revista *Psychopathology* foram separados nas seguintes seções: 1) Perspectivas gerais; 2) Revisão da experiência dos sistemas atuais de diagnóstico; 3) Bases conceituais para o desenvolvimento de futuros sistemas diagnósticos; 4) Desenvolvendo adaptações e anotações da classificação internacional; 5) Comentários sobre abordagens de integração e passos futuros; 6) Epílogo.

Vários artigos destacam o fato de que a ausência, até o momento, de informação etiológica mais definitiva ligada à fisiologia cerebral impedem o estabelecimento de uma classificação de transtornos mentais sobre bases estritamente etiológico-biológicas, como na perspectiva médica tradicional.

Dessa forma, no que concerne ao papel das neurociências e da genética como possíveis pilares para os futuros sistemas diagnósticos em psiquiatria, um dos autores, Steven Hyman, da *Harvard University*, sustenta que: “Contrariamente às expectativas otimistas, abordagens da validade diagnóstica baseadas na descrição clínica, estudos laboratoriais, história natural da doença e agregação familiar não têm convergido para produzir uma nosologia baseada em entidades patológicas válidas” (p. 139. Nota: o problema da “validade” dos diagnósticos psiquiátricos será discutido na resenha de artigo seguinte). Ainda assim, o autor propõe que avanços em nossa compreensão da genética e dos determinantes ambientais de risco para as doenças mentais, bem como um maior conhecimento dos circuitos neurais funcionando à base dos processos mentais normais e patológicos, deverão servir de alicerce para o aprimoramento das classificações nas próximas décadas.

Os problemas relacionados à classificação de quadros específicos como o uso de drogas, a esquizofrenia, os transtornos afetivos e ansiosos e os transtornos de personalidade, bem como o diagnóstico de transtornos psiquiátricos na infância e na adolescência são especificamente tratados por artigos dedicados a cada um desses temas. Destaca-se, por exemplo, a necessidade de se reformular completamente o eixo II da CID-X e DSM-IV, que diz respeito aos transtornos de personalidade. A forma atual de classificá-los nesses dois sistemas – diz um dos autores, Assen Jablensky, da *University of Western Australia* – funciona sobre um modelo categorial, quase-nosológico, restringindo a capacidade de coletar e comunicar dados relevantes sobre o impacto da personalidade nas manifestações clínicas apresentadas pelo paciente (p. 112). Ele propõe que o uso de modelos mais dimensionais possa oferecer uma alternativa, embora ainda seja necessário

um considerável trabalho teórico e de pesquisa de campo antes que uma reestruturação aceitável do eixo II seja viável.

Certas particularidades das classificações atuais, como o sistema multiaxial de diagnósticos e a classificação em cuidados primários, são especificamente discutidos.

Um espaço significativo dos debates foi consagrado aos desafios para a unificação e integração das diferentes classificações atualmente em uso no mundo todo. O uso de classificações universais para diferentes culturas tem levantado preocupações quanto à perda de sensibilidade desses instrumentos para as diversidades locais, sobretudo quando se leva em conta que o comportamento humano está diretamente ligado ao contexto social do indivíduo.

Por outro lado, no campo da integração internacional dos diferentes sistemas diagnósticos nacionais e regionais, são apresentados trabalhos sobre a classificação chinesa de transtornos mentais; sobre a classificação francesa de transtornos mentais em crianças e adolescentes; sobre o Glossário Cubano de Psiquiatria (GC-3); sobre o Guia Latinoamericano para diagnósticos psiquiátricos e sobre os sistemas de classificação psiquiátrica atualmente utilizadas no Japão.

Quanto aos princípios a serem observados nas futuras revisões dos sistemas classificatórios internacionais, os autores destacam que as classificações atuais devem ser simplificadas, embora novas síndromes devam ser acrescentadas quando houver justificativa patológica. Ao mesmo tempo, as definições precisam ser concisas e acuradas. As especificidades regionais no campo psicopatológico devem ser contempladas, sem se perder de vista a necessidade da estruturação de sistemas diagnósticos de validade global para fins de clínica, de estatística e de pesquisa.

No conjunto, essa edição de *Psychopathology* constitui um importante documento, indispensável para todos aqueles interessados no debate contemporâneo sobre as classificações internacionais em psiquiatria, bem como sobre suas linhas de desenvolvimento.

Distinguishing between the validity and utility of psychiatric diagnoses,
Kendell, R. & Jablensky, A.

Am. J. Psychiatry 160: 4-12, January 2003

Resenhado por: Mário Eduardo Costa Pereira

Trabalho analisa teoricamente as diferenças entre *validade* e *utilidade* *prática* dos diagnósticos psiquiátricos

Este artigo, recentemente publicado no *American Journal of Psychiatry*, traz à pauta o debate de um dos conceitos decisivos – e atualmente mais problemáticos – na construção das categorias diagnósticas na psiquiatria contemporânea: a *validade* dessas categorias.

O grande valor buscado pelas classificações psiquiátricas atuais é o da *confiabilidade* dos diagnósticos, ou seja, o estabelecimento de critérios explícitos, claros e objetivos visa garantir o máximo de coincidência na determinação de um diagnóstico por diferentes clínicos (ou pesquisadores), diante das mesmas situações clínicas. Busca-se a garantia da uniformidade dos critérios diagnósticos, de modo que um determinado rótulo nosográfico corresponda a referentes clínicos constantes. Tal correspondência seria a garantia mínima para as pesquisas de natureza epidemiológica e experimentais, bem como de sua possível extrapolação para o campo clínico e para a delimitação de políticas de saúde.

Em geral, devido ao fracasso até o momento em se estabelecer uma base etiológica confiável, ligando regularmente determinadas alterações patológicas da fisiologia cerebral a quadros psicopatológicos específicos, a delimitação das categorias diagnósticas psiquiátricas tem se fundamentado sobre bases estritamente pragmáticas. Dessa forma, independentemente de corresponderem ou não a expressões clínicas de alterações neurobiológicas específicas, as atuais entidades diagnósticas, os chamados “transtornos mentais”, constituem grupos de sintomas cuja delimitação traz vantagens em termos clínicos, psicofarmacológicos, epidemiológicos ou de pesquisa em geral. Nesse contexto, o termo “transtorno mental” não possui uma consistência ontológica de entidade mórbida específica de base biológica, mas antes de uma síndrome delimitada com fins práticos.

O termo de “validade” focaliza justamente a questão complementar ao problema da “confiabilidade”: para além da constância entre rótulo diagnóstico e referente clínico, busca-se a consistência interna da entidade patológica delimitada. Ou seja, a questão da “validade” coloca em pauta a propriedade interna do diagnóstico referir-se a uma condição mórbida específica e claramente delimitada.

Este tem sido o “calcanhar de Aquiles” das classificações psiquiátricas ditas “operacionais”, sobretudo quando a psiquiatria contemporânea sustenta suas aspirações de inscrever de direito seu objeto no campo médico tradicional. Tendo fracassado até aqui em determinar de maneira clara e inequívoca uma etiologia estritamente biológica para os transtornos mentais, segundo os modelos médicos mais tradicionais e universalmente reconhecidos, a psiquiatria contemporânea encontra-se diante do desafio de conferir “validade” a suas categorias “confiáveis”. As esperanças do estabelecimento dessas bases biológicas inquestionáveis, que permitiriam que as classificações fossem feitas segundo uma ordenação etiológica, permanece no horizonte da expectativa e da promessa.

Os autores do artigo destacam o risco da passagem direta, por contigüidade, de uma concepção pragmática do transtorno mental para uma concepção propriamente nosológica desse termo. Esse é um passo decisivo, mas faltante e que se coloca como desafio para pesquisadores e clínicos, sem qualquer garantia *a priori* de que poderá ser dado segundo os modelos intelectivos atuais de se conceber a psicopatologia.

No que concerne a pesquisa genética em psiquiatria, por exemplo, tal situação corre o risco da circularidade. Atualmente, parece bastante claro que as categorias diagnósticas operacionais delimitadas pelas classificações contemporâneas não constituem “fenótipos” confiáveis – expressões clínicas de tipos genéticos específicos – que poderiam fundamentar as pesquisas de genética psiquiátrica. Os autores chegam a citar um pesquisador, Ginsburg, que, frustrado pelo fracasso de duas décadas de investigação científica laboriosa para identificar algum dos genes subjacentes às síndromes psiquiátricas maiores, declarou em um artigo que “... current nosology, now embedded in DSM-IV... does not define phenotypes for genetic study.” Por outro lado, a psiquiatria espera da genética o estabelecimento das bases genéticas dos transtornos mentais, de modo a fundamentar os diagnósticos psiquiátricos a partir da validação provinda dessa outra disciplina.

O artigo comenta o fato de que, desde o século XIX, o debate psiquiátrico sobre a consistência interna dos transtornos mentais esteve focalizado em uma concepção de “realismo da doença”, seja em suas versões biológica ou psicológica. A primeira versão teve em Kraepelin um de seus representantes mais expressivos e representa a via mais desenvolvida do modelo médico na psiquiatria contemporânea. Desse ponto de vista, os sinais clínicos e sintomas não

RESENHAS
DE ARTIGOS

ano VI, n. 1, mar/2003

constituem por si mesmos uma doença mental e, até que os mecanismos causais sejam claramente identificados, não se pode dizer que se tenha realmente descoberto e descrito a doença.

O texto ressalta, pois, a diferença entre “validade” e “utilidade” de uma categoria diagnóstica. Enquanto a primeira supõe uma rigorosa descrição clínica e familiar do transtorno, bem como rigorosos estudos laboratoriais, neurobiológicos, genéticos e psicológicos demonstrando a especificidade e as diferenças em relação a outras alterações físicas e mentais para poder definir uma entidade clínica nos termos médicos de “doença”, a segunda contenta-se em ser útil do ponto de vista prático, justificando assim seu emprego.

Ambas categorias se inter-relacionam e constituem um problema técnico, tanto quanto filosófico, indicando assim uma fecunda e incontornável linha de pesquisa em psicopatologia.

Em uma perspectiva científica, mas também política e filosófica, o desvio do registro da utilidade para o da validade de uma categoria diagnóstica, sem a especificação do conteúdo que a sustentaria, constitui apenas um abuso ideológico dos termos.

É nesse sentido que os autores citam longamente Jaspers, com quem encerramos esta resenha: “... the idea of the disease-entity is in truth an idea in Kant's sense of the word: the concept of an objective which one cannot reach... but all the same it indicates the path for fruitful research and supplies a *valid* point of orientation for particular empirical investigations”. E o autor da Psicopatologia Geral conclui afirmando que, embora “the idea of disease-entities has become a fruitful orientation for the investigations of special psychiatry... no actual disease-entities exist”.